Correlação das normas da Corregedoria com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		
Agenda ONU 2030		
Consolidação de Normas		
Norma	**ODS**	**Justificativa**
Consolidação de normas	16	Normas gerais, de organização interna e de acesso ao
TRF2-PVC-2023/00003	16.3	Judiciário Justiça – organização interna; Instituições
	16.6	públicas eficazes
Consolidação de normas	16	Normas gerais, de organização interna e de acesso ao
TRF2-PVC-2022/00003	16.3	Judiciário Justiça – organização interna; Instituições
	16.6	públicas eficazes
Consolidação de normas	16	Normas gerais, de organização interna e de acesso ao
TRF2-PVC-2018/00011	16.3	Judiciário Justiça – organização interna; Instituições
	16.6	públicas eficazes
Instrução Normativa		
Norma	**ODS**	**Justificativa**
Instrução Normativa nº 1 de 2007	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas
	16.6	eficazes
Ofícios Circulares		
TRF2 2057391	16.7	
Divulgação do "Manual Técnico: Atuação e Julgamento à Luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Âmbito do Poder Judiciário", publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).		Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis
TRF2 2042877	16.6	
Verificação de eventuais movimentações em mandados de prisão pendentes de cumprimento – BNMP		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 2039805	16.6	

Processos previdenciários e assistenciais com tramitação superior a dez anos — ciência e priorização.		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 2008509	16.6	
Conferência dos cálculos para expedição de requisitórios de pagamento – renúncia ao valor excedente ao limite de competência do Juizado Especial Federal.		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 2002846	16.6	
Divulgação do acórdão proferido pelo CNJ no Pedido de Providências (PP) n. 0002151-89.2025.2.00.0000– Lei n. 14.289/2022 – Sigilo de informações sobre condições de saúde específicas (HIV, hepatites crônicas, hanseníase e tuberculose)		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1998623	16.6	
Encaminhamento da Carta do Espírito Santo, aprovada no VII Encontro Nacional do Colégio de Ouvidorias Judiciais das Mulheres (COJUM); recomendação de conhecimento, divulgação interna e adoção das diretrizes, recomendações e fluxos nela consignados.		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1995117	16.6	
Resolução CNJ nº 683/2026 – levantamento de execuções de títulos extrajudiciais.		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1979077	16.6	
Ampliação do módulo de Gerenciamento de Grandes Arquivos do sistema eproc.		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1977595	16.6	
Convite para o webinar “Resolução TRF2 nº 167/2026 — Tratamento de Evidências Digitais		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1945728	16.6	

Migração dos dados do ePol para o SNGB		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1943556	16.6	
Solicitação de cooperação institucional para pesquisa nos sistemas SNGB e SNBA – armas e partes de armas de fogo sem vinculação identificada		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1960753	16.6	
Apresentação do novo módulo do MEDI – Materializador de Evidências Digitais e Informáticas		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1958868	16.6	
Orientações sobre a regularização, o cancelamento e a exclusão excepcional de documentos e eventos no Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões – BNMP 3.0		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1915659	16.6	
Encaminha aos Juízes Federais da 2ª Região a Recomendação CNJ nº 163/2025, que estabelece diretrizes para a identificação e condução de processos estruturais, para conhecimento e cumprimento.		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1913296	16.6	
Moeda estrangeira apreendida custodiada no Banco Central do Brasil – providências para destinação.		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1903635	16.6	
Revisão dos cadastros de peritos judiciais (rol de peritos) – Vedação de atuação de pessoas com mandado de prisão em aberto – Cientificação e orientação aos magistrados.		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1844432	16.6	
Regularização dos registros no PDPJ-Br		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1842790	16.9	

Curso "Territórios de Direitos: Formação para Promoção do Registro e da Documentação Civil para Povos Indígenas"		Identidade legal para todos
TRF2 1835181	16.6	
Relatório de Atividades do Centro Nacional de Inteligência - CIn (Gestão 2024-2026)		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1819194	16.6	
Nota Técnica n. 65/2026 do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1789435	16.6	
II Mutirão Processual Penal - Pena Justa – Mapeamento de processos		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1780536	16.6	
Ações necessárias à correção de dados processuais encaminhados ao DataJud - vinculação de processos ao respectivo tema repetitivo		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1726447	16.6	
Convite. Reunião virtual. Configuração do grupo de competências “Benefícios por Incapacidade” no âmbito dos processos judiciais previdenciários de Procedimento Comum no *eproc*		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1680424	16.6	
Monitoramento do cumprimento do art.5º da Resolução CNJ n. 253/2018, que define a política institucional do Poder Judiciário de atenção e apoio às vítimas de crimes e atos infracionais		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1683832	16.6	
Monitoramento do cumprimento do art.2º da Resolução CNJ n. 562/2024, que institui diretrizes de política judiciária para a estruturação, implantação e funcionamento do juiz das garantias no âmbito da Justiça Federal, Eleitoral, Militar, e dos Estados, Distrito Federal e Territórios		Justiça - organização interna; Instituições eficazes

TRF2 1626845	16.b	
Análise dos processos ambientais suspensos e controle quantitativo dos processos envolvidos e dos atos praticados antes e durante a II Semana da Pauta Verde		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1615381	16.6	
Identificação de possível prática de litigância abusiva e prejuízo aos substituídos processuais da ADUFRJ (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) nas execuções individuais da ação coletiva n. 0000906-21.2000.4.02.5101/RJ		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1546461	16	
Prêmio CNJ de Qualidade – Plano Nacional “Pena Justa”		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1514931	16	
II Semana da Pauta Verde – Concentração de atos processuais		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1438633	16.6	
Divulgação da Nota Técnica n. 58/2025 do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal - apresenta recomendações sobre o cumprimento de decisões judiciais que concedem medicamentos		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1429105	16.6	
Notas Técnicas ns. 2/2025 e 3/2025 da Comissão de Soluções Fundiárias da Corregedoria-Geral da Justiça Federal		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1426074	16.6	
Notas Técnicas ns. 2/2025 e 3/2025 da Comissão de Soluções Fundiárias da Corregedoria-Geral da Justiça Federal		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1426068	16.7	

Nota Técnica n. 63/2025 do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal - analisa padrões de litigiosidade anômala, possivelmente de caráter abusivo, em demandas relativas à inclusão ou manutenção de registros no Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central do Brasil		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1424766	16.6	
Ref.: Ofício Circular nº 17/2025/CN "Levantamento de valores sob gestão do Poder Judiciário para aplicação em ações e projetos do Plano Nacional e dos Planos Estaduais e Distrital para o Enfrentamento do Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões Brasileiras (Pena Justa)"		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1424346	16.6	
Nota Técnica n. 57/2025 do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal - trata da competência para julgamento e dos requisitos para concessão judicial de medicamentos, tendo como fundamentos os Temas nº 6 e nº 1.234 do Supremo Tribunal Federal		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1379761	16.3	
Divulgação da Nota Técnica nº 59/2025 do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal.		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1323427	16.6	
Registro das Inspeções no novo CNIEP		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1310386	16.6	
Divulgação da iniciativa Desjudicializa Prev – Portaria Conjunta nº 4/2024 e nº 7/2025		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1273960	16.6	
Funcionamento do módulo denominado “Grandes Volumes”		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1176471		
Padronização dos prazos processuais via Prevjud		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1106772	16.2	

Divulgação do Guia de Boas Práticas acerca do **Cumprimento Célere e Eficaz da Ordem Judicial de Retorno da Criança Subtraída ao seu Estado de Residência Habitual – Diagnóstico e Medidas Propositivas.**		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 0985664	16	Justiça - organização interna; Instituições eficazes
Semana da Pauta Verde – Mapeamento de processos para inclusão na pauta temática		
TRF2 0921087	16	Justiça - organização interna; Instituições eficazes
"Auditoria Coordenada CNJ: Gestão e Destinação de Valores e Bens oriundos de prestações pecuniárias, da pena de multa, perda de bens e valores", que consta no Plano Anual de Auditoria – PAA 2025 da Justiça Federal da 2ª Região.		
TRF2 0923757	16	Justiça - organização interna; Instituições eficazes
Avaliação a aderência às diretrizes legais e normativas que orientam a gestão, o registro e a destinação dos recursos provenientes de prestações pecuniárias, de condenações criminais, colaboração premiada, acordos de leniência e acordos de cooperação internacional no âmbito do Poder Judiciário, a fim de assegurar a transparência, a contabilização, a destinação legal e a devida prestação de contas.		
TRF2 0993473	16	Justiça - organização interna; Instituições eficazes
Semana da Pauta Verde – Mapeamento de processos para inclusão na pauta temática		
TRF2 1118572	16.2	Justiça - organização interna; Instituições eficazes
Proposta de Recomendação para uniformização dos procedimentos relativos aos casos de subtração internacional de crianças no âmbito da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças (Convenção da Haia de 1980).		
TRF2 0992637	16.6	

Divulgação do teor da decisão ID 6000265 (0947289) do CNJ sobre a inaplicabilidade do juiz das garantias em casos de violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes.		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 0917192	16.6	
1º Encontro Nacional de Inovação e Boas Práticas da Justiça Federal		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 0804054	16.7	
Prêmio "Boas Práticas em Rede"		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2 1012531	16	
Divulgação do I Encontro Nacional do Fórum Ambiental do Poder Judiciário, em São Luís/MA.		Justiça - organização interna; Instituições eficazes
TRF2-OCI-2024/00114	16	
Convite participação Semana Nacional do Registro Civil – "Registre-se!", que acontecerá entre os dias 13 e 17 de maio	16.9	Justiça – organização interna - fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento
TRF2-OCI-2024/00227	16	
Proposta de fluxo de atuação do CESOL-RJ nos casos de Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes.	16.2	Justiça – organização interna - Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças
TRF2-OCI-2023/00058		
Padronização de procedimentos - Providências necessárias ao saneamento de inconsistências identificadas na base de dados do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0)	16.6	Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-OCI-2023/00015	16	
Informa sobre nova funcionalidade tecnológica para procedimentos de correição judicial	16.6	Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-OCI-2022/00103	16	
Informa sobre nova funcionalidade tecnológica para procedimentos de correição judicial	16.6	Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-OCI-2021/00056	16	
Informações sobre a forma de acesso ao laudo pericial eletrônico.	16.6	Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes

Norma	ODS	Justificativa
TRF2-OCI-2021/00040	16	Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes
Aditamento ao TRF2-OCI-2021/00038 dando novas orientações sobre o cadastro de residência de magistrados em 2021.	16.6	
TRF2-OCI-2021/00039	16	Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes
Explicações sobre o quantitativo de sentenças previsto para fins de direito à gratificação por exercício cumulativo de jurisdição/acervo (GAJU), nos termos do art. 8º, §1º, da Resolução nº CJF-RES-2015/00341, no GEA de Junho/2021.	16.6	
TRF2-OCI-2021/00038	16	Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes
Orientações sobre cadastro de residência de magistrados em 2021.	16.6	
TRF2-OCI-2021/00034	16	Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes
Orientações sobre indicação de substituto para férias , licenças e afastamentos de magistrados em 2021	16.6	
TRF2-OCI-2021/000035	16	Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes
Informação para magistrados sobre processo de remoção	16.6	
TRF2-OCI-2020/000103	16	Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes
Prestação de informações sobre docência por magistrados	16.6	
TRF2-OCI-2020/00076	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Orientações escala férias 2021	16.6	
TRF2-OCI-2020/00073	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Orientações sobre audiências	16.6	
TRF2-OCI-2020/00062	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Calendário indicação férias juízes	16.6	
TRF2-OCI-2020/00045	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Orientação passivo férias e relatório final inspeção CNJ	16.6	
TRF2-OCI-2020/00014	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Orientação pedidos alteração / interrupção férias	16.6	
TRF2-OCI-2019/00097	16	Justiça – organização interna Estado de Direito Instituições públicas eficazes
Implantação SEEU	16.3	
	16.6	
TRF2-OCI-2019/00079	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Bens acautelados e pastas eletrônicas	16.6	
TRF2-OCI-2019/00065	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas

Orientação para observância das disposições do Ofício Circular nº T2-OCI-2010/00173, sobre cadastro de residência de magistrados.	16.6	eficazes
TRF2-OCI-2019/00040	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes /transparentes
Presença juiz/diretor início correições	16.6	
TRF2-OCI-2019/00019	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Desnecessidade comunicação arbitramento honorários periciais acima máximo tabela	16.6	
TRF2-OCI-2018/00120	16	Justiça – organização interna; Estado de Direito Instituições públicas eficazes /transparentes
Orienta preservação imagem imparcialidade OCI-27/CNJ	16.3	
	16.6	
TRF2-OCI-2018/00106	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Banco Nacional de Monitoramento de Prisão	16.6	
TRF2-OCI-2018/00091	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Manutenção alteração competência execuções fiscais	16.6	
TRF2-OCI-2018/00081	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Presença juiz/diretor abertura correições	16.6	/transparentes
TRF2-OCI-2018/00079	16	Justiça – organização interna Acesso à Justiça
Gasto orçamentário AJG/orienta oficiais justiça verificar condições sociais	16.3	
TRF2-OCI-2018/00076	16	Justiça – organização interna; Estado de Direito Instituições públicas eficazes /transparentes
Divulga Provimento 71 Corregedoria Nacional Justiça	16.3	
Uso e-mail e manifestações em redes sociais	16.6	
TRF2-OCI-2018/00070	16	Justiça – organização interna
Cadastro residência juízes		
TRF2-OCI-2018/00009	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Digitalização autos	16.6	
TRF2-OCI-2017/00081	16	Justiça – organização interna; Estado de Direito Instituições públicas eficazes /transparentes
Recomendações sobre realização audiência custódia	16.3	
	16.6	
TRF2-OCI-2017/00059	16	Justiça – organização interna
Cadastro residência juízes		
TRF2-OCI-2017/00027	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Reitera obrigatoriedade uso SIGA	16.6	
TRF2-OCI-2017/00019	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas

Especialização varas saúde pública	16.6	eficazes
TRF2-OCI-2017/00015	16	Justiça – organização interna; Estado de Direito
Orientações sobre prisões cautelares e medidas e penas alt.	16.3	Instituições públicas eficazes
	16.6	
TRF2-OCI-2017/00010	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas
Padroniza procedimentos processo eletrônico para fins de estatística	16.6	eficazes
TRF2-OCI-2016/00098	16	Justiça – organização interna
Recomenda uso sistemas Bacenjud/Renajud/Infojud		
TRF2-OCI-2016/00093	16	Justiça – organização interna; Estado de Direito
Marcação audiências custódia	16.3	Instituições públicas eficazes
	16.6	
TRF2-OCI-2016/00074	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas
Recomendações sobre procedimentos relacionados processo criminal eletrônico	16.6	eficazes
TRF2-OCI-2016/00073	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas
Revoga obrigatoriedade referência livro rol dos culpados	16.6	eficazes
TRF2-OCI-2016/00033	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas
Altera modelo alvará soltura	16.6	eficazes
TRF2-OCI-2016/00027	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas
Implementação Apolo / contagem prazos processuais	16.6	eficazes
TRF2-OCI-2016/00026	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas
Adequação Apolo contagem prazos processuais	16.6	eficazes
TRF2-OCI-2016/00001	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas
Divulga necessidade adoção proc. eletrônico p/ emissão certificado naturalização pelas varas competentes	16.6	eficazes
TRF2-OCI-2015/00019	16	Justiça – organização interna
Destinação armas apreendidas		
TRF2-OCI-2014/00075	16	Justiça – organização interna
Recebimento e guarda armas de fogo		
TRF2-OCI-2014/00070	16	Justiça – organização interna
Orientações juízes execução fiscal		
TRF2-OCI-2014/00066	16	Justiça – organização interna; Estado de Direito
Conduta juízes	16.3	Instituições públicas eficazes
	16.6	
TRF2-OCI-2014/00065	16	Justiça – organização interna
Abstenção de cominar multas/prisão a advogados públicos		

TRF2-OCI-2014/00054	16.3	Estado de Direito Instituições públicas eficazes
Penas e medidas alternativas na Justiça do Trabalho	16.6	
TRF2-OCI-2014/00013	16	Justiça – organização interna; Estado de Direito Instituições públicas eficazes
Alimentação dados CNCIAI	16.3	
	16.6	
TRF2-OCI-2014/00007	16	Justiça – organização interna
Assinatura ofícios		
TRF2-OCI-2012/00084	16	Justiça – organização interna; Estado de Direito
Comunicação de mandado de prisão e soltura à Polinter	16.3	Instituições públicas eficazes
	16.6	
TRF2-OCI-2012/00075	16	Justiça – organização interna; Estado de Direito
Prisão de estrangeiro	16.3	Instituições públicas eficazes
	16.6	
TRF2-OCI-2012/00068	16	Justiça – organização interna; Estado de Direito
Registro de mandados de prisão no Apolo para alimentação BNMP	16.3	Instituições públicas eficazes
	16.6	
TRF2-OCI-2012/00057	16	Justiça – organização interna;
Expedição ofício ANS, ANVISA, CFM, CFM e CFO	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-OCI-2012/00030	16	Justiça – organização interna
Fim obrigatoriedade inspeção estabelecimentos penais		
TRF2-OCI-2012/00002	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Abstenção de ameaça ou determinação de prisão de advogados públicos	16.3	
TRF2-OCI-2011/00117	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Orienta tramitação inquéritos	16.3	
TRF2-OCI-2011/00099	16	Justiça – organização interna;
Classificação registro decisões	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-OCI-2011/00031	16	Justiça – organização interna;
Divulga funcionalidade JUIWEB	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-OCI-2011/00024	16	Justiça – organização interna;
Orientações uso sistema Apolo	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-OCI-2011/00014	16	Justiça – organização interna;
Orientações uso sistema Apolo	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-OCI-2011/00013	16	Justiça – organização interna;
Orientações uso sistema Apolo	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-OCI-2011/00012	16	Justiça – organização interna;
Informa nova funcionalidade Apolo	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-OCI-2011/00010	16	Justiça – organização interna;
Orientações uso sistema Apolo	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-OCI-2011/00007	16	Justiça – organização interna;

Orientação uso CNIA	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00174	16	Justiça – organização interna;
Orienta sobre Sistema Nacional de Bens Apreendidos	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00173	16	Justiça – organização interna;
Divulga funcionalidade JUIWEB	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00166	16	Justiça – organização interna;
Mecanismos de controle de prazos prescricionais em processos criminais	16.6	Instituições públicas eficazes Estado de Direito
	16.3	
T2-OCI-2010/00152	16	Justiça – organização interna;
Envio relatório prisões provisórias	16.6	Instituições públicas eficazes Estado de Direito
	16.3	
T2-OCI-2010/00144	16	Justiça – organização interna;
Divulga novas diretrizes distribuição processos	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00139	16	Justiça – organização interna;
Orienta uso sistema Apolo	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00132	16	Justiça – organização interna;
Alteração consulta autos eletrônicos	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00122	16	Justiça – organização interna;
Alteração consulta autos eletrônicos	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00103	16	Justiça – organização interna;
Reitera necessidade uso correto sistema Apolo	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00086	16	Justiça – organização interna;
Esclarece medidas de simplificação de procedimentos cartorários	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00055	16	Justiça – organização interna;
Reitera necessidade uso correto sistema Apolo	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00036	16	Justiça – organização interna;
Reitera necessidade uso correto sistema Apolo	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00032	16	Justiça – organização interna;
Divulga nova versão JUIWEB	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00021	16	Justiça – organização interna;
Esclarece dúvidas procedimentos cartorários expedição certidão	16.6	Instituições públicas eficazes Estado de Direito
	16.3	
T2-OCI-2010/00004	16	Justiça – organização interna;
Orientação sobre registro e arquivamento de decisões	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2009/00305	16	Justiça – organização interna;
Cobranças por serviços prestados	16.3	Acesso à Justiça
T2-OCI-2009/00304	16	Justiça – organização interna;

Divulga procedimentos adm. adotados pela CEF para pagamento de precatórios e RPVs		
T2-OCI-2009/00282	16	Justiça – organização interna;
Obriga uso SIGA para tramitação documentos administrativos	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2009/00241	16	Justiça – organização interna;
Divulga funcionalidade do sistema de estatística	16.6	Instituições públicas eficazes
		/transparentes
T2-OCI-2009/00186	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Apreensão de armas e munições	16.3	
T2-OCI-2009/00169	16	Justiça – organização interna;
Comunica necessidade preenchimento CNCIA site CNJ	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2009/00128	16	Justiça – organização interna;
Comunica necessidade preenchimento CNCIA site CNJ	16.6	Instituições públicas eficazes
Ofício Circular nº 26/2007	16	Justiça – organização interna;
Afastamentos magistrados	16.6	Instituições públicas eficazes
Ofício Circular nº 25/2007		Accountability
Relatório inspeção anual	16.6	Instituições públicas eficazes
		/transparentes
Ordens de Serviço		
Norma	**ODS**	**Justificativa**
Ordem de serviço nº 003/2010	16	Justiça – organização interna;
Necessidade canal de comunicação permanente entre a Corregedoria e a 1ª instância	16.6	Instituições públicas eficazes
Ordem de serviço nº 001/2006	16	Justiça – organização interna
Estabelece procedimentos para acompanhar reclamações na Ouvidoria	16.6	Accountability
		Instituições públicas eficazes /transparentes
Ordem de serviço nº 002/2004	16	Justiça – organização interna;
Estabelece procedimentos para autuação/registro processos de competência da Corregedoria	16.6	Instituições públicas eficazes
Ordem de serviço nº 001/2004	16	Justiça – organização interna;
Estabelece procedimento para recebimento docs. p/ Corregedoria	16.6	Instituições públicas eficazes
Ordem de serviço nº 002/2003	16	Justiça – organização interna;

Comunicação de atos aos juízes por correio eletrônico	16.6	Instituições públicas eficazes
Ordem de serviço nº 001/2003	16	Justiça – organização interna
Estabelece procedimento para acompanhamento e verificação resultado de reclamações feitas na Ouvidoria	16.6	Accountability
		Instituições públicas eficazes /transparentes
Ordem de serviço nº 001/2001	16	Justiça – organização interna;
Estabelece procedimentos Corregedoria	16.6	Instituições públicas eficazes
Portarias		
Norma	**ODS**	**Justificativa**
PORTARIA COR/TRF2 Nº 660 - 15-07-2026	16	
Altera a escala das Varas responsáveis pela Central de Audiências de Custódia (CAC) em 2027, aprovada pela Portaria COR/TRF2 nº 538 de 06 de agosto de 2026, Processo SEI nº 0014918-62.2026.4.02.8000		Justiça – organização interna;
PORTARIA COR/TRF2 Nº 583 - 06 - 08 - 2026	16	
Aprova a Escala de Varas Federais Criminais responsáveis pelas atividades da Central de Audiências de Custódia (CAC) no ano de 2027		Justiça – organização interna;
PORTARIA COR/TRF2 Nº 642 - 09-07-2026	16.6	

Altera a Portaria COR/TRF2 nº 684, de 15 de outubro de 2025, que dispõe sobre a composição da Comissão responsável pela seleção dos projetos beneficiários dos valores decorrentes das penalidades de prestação pecuniária.		instituições públicas eficazes/transparentes
PORTARIA COR/TRF2 Nº 684 - 15-10-2025	16.6	
Dispõe sobre a composição da Comissão responsável pela seleção dos projetos beneficiários dos valores decorrentes das penalidades de prestação pecuniária, de que trata o art. 202, § 1º, da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região		instituições públicas eficazes/transparentes
PORTARIA COR/TRF2 Nº 393 - 15-05-2026		
institui Grupo de Trabalho destinado à análise de procedimentos e à definição de requisitos funcionais e técnicos relacionados à preservação da cadeia de custódia de evidências digitais no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região, bem como à proposição de atualização da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional sobre a matéria		Justiça – organização interna;
PORTARIA COR/TRF2 Nº 310	16.10	

Institui Grupo de Trabalho para análise das recomendações da Unidade de Auditoria Interna deste Tribunal e do Relatório Consolidado da Ação Coordenada de 2025 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, bem como propor a atualização da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional, em adequação à Resolução CNJ nº 558/2024		Justiça – organização interna;
PORTARIA T2-COR/TRF2 Nº 5 - 2025	16	
Estabelece procedimentos e diretrizes para a realização de Mutirão Processual Penal no Tribunal Regional Federal da 2ª Região durante os meses de junho, julho e agosto de 2025		Justiça – organização interna;
TRF2-PTC-2024/00297	16.6	
Institui Grupo de Trabalho para adequação dos artigos 194 a 209 da Consolidação de Normas desta Corregedoria Regional à Resolução CNJ n. 558, de 06 de maio de 2024		instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PTC-2024/00217	16.6	
Seleciona unidade para integrar o Programa de Acompanhamento Especial (PAE) - 40ª Vara Federal do Rio de Janeiro (SJRJ);		instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PTP-2024/00235	16.10	
Designa os membros da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no âmbito do Tribunal Regional Federal da 2ª Região		Justiça – organização interna;

TRF2-PTC-2023/00190	16	Justiça – organização interna;
ispõe sobre a criação da Comissão Previdenciária para o estudo prévio e criação do banco de laudos técnicos-periciais sobre as condições ambientais de trabalho na 2ª Região Federal.	16.6	instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PTC-2023/00001	16	Justiça – organização interna;
Institui o Plano de Trabalho da Corregedoria Regional, no ano de 2023	16.6	instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PTC-2022/00316	16	Justiça – organização interna;
Institui grupo de servidores de apoio	16.6	instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PTC-2021/00338	16	Justiça – organização interna;
Institui critérios para auxílio de Juízos no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região e define unidades auxiliadas para o ano de 2022	16.6	instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PTC-2021/00285	16	Justiça – organização interna;
Aprova a Escala de Férias dos Juízes da Justiça Federal de 1º Grau da 2ª Região, referente ao exercício de 2022.	16.6	instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PTC-2021/00180	16	Justiça – organização interna;
Dá ciência da nova escala de Varas responsáveis pelas Audiências de Custódia em 2022 (CAC).	16.6	instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PTC-2021/00129	16	Justiça – organização interna;
Implementa Plano de Trabalho instituído pela Portaria Nº TRF2-PTC-2021/00123, de 15 de abril de 2021, para atender à Diretriz Estratégica 1 - Desenvolver projeto de trabalho junto às Unidades Jurisdicionais com maior dificuldade em atingir as Metas Nacionais	16.6	instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PTC-2021/00130	16	Justiça – organização interna;
Implementa medidas para atuação de Grupos de Servidores de Apoio em regime especial de auxílio a unidades jurisdicionais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.	16.6	instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PTC-2021/00124	16	Justiça – organização interna;

Estabelece que as atividades de correição ocorrerão em modalidade 100% virtual e remota, em vista das condições sanitárias impostas pela pandemia do covid-19.	16.6	instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PTC-2020/00459	16	Justiça – organização interna;
Escala de férias 2021 de magistrados	16.6	instituições públicas eficazes/transparentes
Exclusão varas do GEA abril 2020	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PTC-2019/00429	16	Justiça – organização interna;
Aprova escala férias juízes 2020	16.6	Instituições públicas responsáveis
TRF2-PTC-2019/00407	16	Justiça – organização interna Acesso à Justiça
Altera escala varas responsáveis Central de Audiências de Custódia CAPITAL	16.3	
TRF2-PTC-2019/00281	16	Justiça – organização interna Acesso à Justiça/presos provisórios
Aprova escala varas para audiência de custódia 2020	16.3	
TF2-PTC-2019/00135	16	Justiça – organização interna Instituições públicas eficazes
Delega atribuições juízas auxiliares Corregedoria		
TRF2-PTC-2019/00108	16	Instituições públicas eficazes
Revoga Resolução 90/2009 sobre honorários periciais		
TRF2-PTC-2018/00507	16	Instituições públicas eficazes – redução de acervo
Altera regras GEA	16.6	
TRF2-PTC-2018/00442	16	Instituições públicas eficazes
Designa juiz coordenador e-Proc	16.6	
TRF2-PTC-2017/00153	16	Instituições públicas eficazes
Institui comissão apuração Índice produtividade comparada	16.6	
TRF2-PTC-2017/00150	16	Instituições públicas eficazes
Institui comissão para desenvolver projetos de gestão judicial	16.6	
TRF2-PTC-2016/00324	16	Instituições públicas eficazes Justiça – organização interna
Altera modelo de Carta de Execução Penal	16.6	
TRF2-PTC-2016/00317	16	Instituições públicas eficazes – redução de acervo
Designa juiz compor GEA	16.6	
TRF2-PTC-2016/00236	16	Acesso à Justiça – presos provisórios
Altera escala varas resp. audiência Custódia 2016	16.3	
TRF2-PTC-2016/00220	16	Accountability
Modifica período correição	16.6	
TRF2-PTC-2016/00135	16	Instituições públicas eficazes Justiça – organização interna
Altera modelo alvará soltura	16.6	
TRF2-PTC-2015/00402	16	Instituições públicas eficazes Justiça – organização

Altera modelo alvará soltura	16.6	interna
TRF2-PTC-2014/00325	16	Acesso à Justiça
Fixa valores por serviços prestados pela JFRJ	16.3	
TRF2-PTC-2014/00020	16	Accountability
Aprova autoinspeção	16.6	Instituições públicas eficazes /transparentes
TRF2-PTC-2013/00180	16	Accountability
Altera portaria PTC/00168 correições ordinárias	16.6	Instituições públicas eficazes /transparentes
TRF2-PTC-2011/00128	16	Justiça – organização interna
Tabela única classes 2ª Região		
Portaria 57/2009	16	Justiça – organização interna;
Atualiza manual procedimentos cartórios	16.6	Instituições públicas eficazes
Portaria 13/2009	16	Justiça – organização interna;
Cronograma de implantação processo digital	16.6	Instituições públicas eficazes
Portaria 23/2003	16	Justiça – organização interna;
Aprova manuais de procedimentos cartórios	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimentos		
Norma	**ODS**	**Justificativa**
Provimento TRF2 Nº 6, DE 22 DE setembro DE 2026	16.6	
Altera a Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região para regulamentar as atividades de inteligência processual para localização de pessoas, bens e constatação de fatos relevantes exercidas pelos oficiais de justiça.		Justiça - instiuições Públicas eficazes
PROVIMENTO TRF2 Nº 5, DE 02 DE JULHO DE 2026.	16	

Altera a Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (Provimento TRF2 PVC 2022/00003) para aprimorar a gestão e destinação de valores e bens oriundos de pena de multa, perda de bens e valores e prestações pecuniárias decorrentes de condenações criminais, acordo de não persecução penal, transação penal, suspensão condicional do processo, colaboração premiada, acordos de leniência e acordos de cooperação internacional no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região		Justiça - instiuições Públicas eficazes
Provimento TRF2 Nº 4, DE 27 DE maio DE 2026	16	
Altera o art. 64, caput e §4º, da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região.		Justiça – instituições públicas
PROVIMENTO TRF2 Nº 1, DE 03 DE MARÇO DE 2026	16.6	
Altera a Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (Provimento TRF2-PVC-2022/00003) para disciplinar o procedimento a ser observado pelos Oficiais de Justiça quanto à apresentação da possibilidade de autocomposição e à certificação de proposta apresentada pelas partes durante o cumprimento de mandados judiciais		Instituições Publicas eficazes
Provimento TRF2 Nº 18, DE 25 DE setembro DE 2025		

Adequa o Provimento TRF2 nº 8/2025 à Recomendação CJF nº 8/2025, para recomendar aos magistrados de primeiro grau de jurisdição que, nos processos instaurados com fundamento na Convenção da Haia sobre os Aspectos Civis da Subtração Internacional de Crianças, condicionem a ordem de retorno à prévia manifestação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região sobre eventual efeito suspensivo	16.2	Instituições Publicas eficazes
TRF2 Nº 10, DE 26 DE JUNHO DE 2025	16.7	
Altera o Capítulo II do Título IV (artigos 194 a 209) da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região para adequação à Resolução CNJ nº 558/2024, que estabelece diretrizes para a gestão e destinação de valores e bens oriundos de pena de multa, perda de bens e valores e prestações pecuniárias decorrentes de condenações criminais, colaboração premiada, acordos de leniência e acordos de cooperação internacional no âmbito do Poder Judiciário.		Justiça - Instiuições Públicas eficazes
TRF2 Nº 8, DE 09 DE junho DE 2025	16.2	
Recomenda aos Magistrados que, nas decisões que determinem o retorno de crianças ao exterior nos casos de subtração internacional, seja, diante da irreversibilidade da medida, estabelecido prazo que assegure o reexame dessas decisões em eventual recurso, garantindo o melhor interesse da criança. Inclui orientações sobre a implementação do retorno, acompanhamento, documentação e medidas de segurança para assegurar o retorno seguro da criança, promovendo a uniformização dos procedimentos.		Instituições públicas eficazes
TRF2 Nº 5, DE 25 DE março DE 2025	16.2	

Determinar que os juízos com competência para julgar os aspectos civis do sequestro internacional de crianças oficiem a Corregedoria sempre que for ultrapassado o prazo de 6 (seis) semanas para decisão sobre requerimento de retorno da criança, estabelecido no art. 11 da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, promulgada pelo Decreto nº 3.413, de 14 de abril de 2000, informando as razões da demora e a data prevista para a prática do ato.		Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2024/00055		Justiça - organização interna
Dispõe sobre a competência territorial e em razão da matéria das varas federais, juizados especiais federais e turmas recursais e dispõe sobre a equalização de carga de trabalho na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.	16.3	
TRF2-PVC-2023/00002		Justiça – organização interna;
Disciplina o regime de teletrabalho (presencial e remoto dos Magistrados da Justiça Federal da 1a Instancia	16.6	instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2022/00004		Justiça – organização interna;
Altera o Anexo único e o artigo 91 do Provimento no. TRF2-PVC-2022/0003.	16.6	instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2022/00003		Justiça – organização interna;
Aprova a Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região e revoga o Provimento no. 11 de 09 de maio de 2018, e demais disposições em sentido contrário.	16.6	instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2021/00003		Justiça – organização interna;
Alterar os artigos 110, 121 e 158 a 169 do Provimento nº TRF2-PVC-2018/00011, de 9 de maio de 2018, que institui a Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região.	16.6	instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2021/00002	16	Justiça – instituições públicas
Regula procedimentos de correição	16.6	eficazes/transparentes
TRF2-PVC-2021/00001	16	Justiça – instituições públicas

Revoga obrigatoriedade de publicação de atos judiciais no eDJF2R	16.6	eficazes/transparentes
TRF2-PVC-2020/00011	16	Justiça – organização interna;
Recomenda uso do protesto extrajudicial	16.6	instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2020/00010	16	Justiça – organização interna;
Altera normas que regulam atividade de oficiais de justiça	16.6	instituições públicas responsáveis
TRF2-PVC-2020/00009	16	Justiça – organização interna;
Obrigatoriedade adoção PJe	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2020/00008	16	Justiça – organização interna;
Obrigatoriedade adoção PJe	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2020/00007	16	Justiça – organização interna;
Regula atividade correcional primeira instância	16.6	Instituições públicas transparentes
TRF2-PVC-2020/00006	16	Justiça – organização interna;
Regula atividade correcional	16.6	Instituições públicas transparentes
TRF2-PVC-2020/00003	16	Justiça – organização interna;
Reclamações sobre juízes	16.6	Instituições públicas transparentes
TRF2-PVC-2020/00002	16	Justiça – organização interna; Acesso à Justiça
Expediente forense	16.3	
TRF2-PVC-2020/00001	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas responsáveis
Medidas prevenção coronavírus	16.6	
TRF2-PVC-2019/00010	16	Justiça – organização interna;
Procedimentos correição	16.6	Accountability
TRF2-PVC-2019/0008	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas – responsabilidade - eficácia
Medidas execução penal	16.6	
TRF2-PVC-2019/00006	16	Justiça – organização interna;
Destinação social de bens e valores apreendidos	16.6	Instituições públicas – responsabilidade - transparência
TRF2-PVC-2019/00005	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Vitaliciamento de juízes	16.3	
TRF2-PVC-2019/00004	16	Justiça – organização interna
Organização e funcionamento (distribuição recursos TRs)		
TRF2-PVC-2019/00003	16	Justiça – organização interna
Organização e funcionamento (distribuição recursos TRs)		
TRF2-PVC-2019/00001	16	Justiça – organização interna
Organização e funcionamento		
(vedação férias na inspeção/correição)		
TRF2-PVC-2018/00026	16	Justiça – organização interna
Procedimento Alvará levantamento		
TRF2-PVC-2018/00025	16	Justiça – organização interna

Controle presença juízes		
TRF2-PVC-2018/00024	16	Justiça – organização interna;
Regras inspeção aferição acervo	16.6	Accountability
		Instituições públicas eficazes /transparentes
TRF2-PVC-2018/00023	16	Justiça – organização interna
Especialização vara		
TRF2-PVC-2018/00022	16	Justiça – organização interna; Estado de Direito
Identidade física do Juiz processos criminais	16.3	
TRF2-PVC-2018/00021	16	Justiça – organização interna Acesso à Justiça
Altera juízos tabelares	16.3	
TRF2-PVC-2018/00020	16	Justiça – organização interna Acesso à Justiça
Altera juízos tabelares	16.3	
TRF2-PVC-2018/00019	16	Justiça – organização interna Acesso à Justiça
Regras impedimento coletivo	16.3	
TRF2-PVC-2018/00018	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas transparentes - Accountability
Controle pagamentos execução parcelada	16.6	
TRF2-PVC-2018/00017	16	Justiça – organização interna; Acesso à Justiça
Comunicação prisão e audiência de custódia	16.3	
TRF2-PVC-2018/00016	16	Justiça – organização interna;
Verificação gravação depoimentos	16.3	Instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2018/00015	16	Justiça – organização interna
Autuação apensos ações Improbidade Administrativa redistribuídos		
TRF2-PVC-2018/00013	16	Justiça – organização interna;
Livros/pastas obrigatórios unidades	16.6	Instituições públicas eficazes - Accountability
TRF2-PVC-2018/00012	16.3	Acesso à Justiça Transparência - Accountability
Regras plantão	16.6	
TRF2-PVC-2018/00011	16	Justiça – organização interna
Nova consolidação de normas Corregedoria		
TRF2-PVC-2018/00010	16	Justiça – organização interna;
Digitalização autos e arquivamento	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2018/00009	16	Justiça – organização interna;
Digitalização autos.	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2018/00006	16	Justiça – organização interna;
Regras redistribuição por Alteração de competência	16.6	Instituições públicas – responsabilidade – eficácia - transparência
TRF2-PVC-2018/00003	16	Justiça – organização interna;
Digitalização autos	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2018/00001	16	Justiça – organização interna;
Regras plantão judicial	16.3	Acesso à Justiça
	16.6	Transparência

TRF2-PVC-2017/00017	16	Justiça – organização interna
Redução distribuição		
TRF2-PVC-2017/00015	16	Justiça – organização interna
Procedimento expedição Alvará de soltura		
TRF2-PVC-2017/00014	16	Justiça – organização interna;
Institui semana de inspeção ordinária unificada	16.6	Accountability
		Instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PVC-2017/00013	16	Justiça – organização interna;
Estabelece plano de digitalização	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2017/00012	16	Justiça – organização interna;
Institui painel indicadores corregedoria	16.6	Accountability – transparência - eficácia
TRF2-PVC-2017/00010	16	Justiça – organização interna
Nova tabela classes processuais 2ª Região		
TRF2-PVC-2017/00009	16	Justiça – organização interna
Distrib. Proc. Relatoria 8TR		
TRF2-PVC-2017/00008	16	Justiça – organização interna
Critérios concessão trânsito remoção interna		
TRF2-PVC-2017/00007	16	Justiça – organização interna
Distribuição recursos e processos ao vice-gestor TR		
TRF2-PVC-2017/00003	16	Justiça – organização interna
Altera regras designação juízes		
TRF2-PVC-2017/00001	16	Justiça – organização interna;
Grupo monitoramento prisões cautelares	16.6	Instituições públicas responsáveis
		Estado de Direito
	16.3	
TRF2-PVC-2016/00012	16	Justiça – organização interna;
Retificação 2016/11	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2016/00011	16	Justiça – organização interna;
Proced. Penal eletrônico	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2016/00010	16	Justiça – organização interna
Livros e pastas obrigatórios		
TRF2-PVC-2016/00007	16	Justiça – organização interna
Redistribuição processos SJM e Volta Redonda		
TRF2-PVC-2016/00004	16	Justiça – organização interna
Susp. distribuição 7VFCrim.		
TRF2-PVC-2016/00003	16	Justiça – organização interna
Descarte contraprova perícias		
TRF2-PVC-2016/00002	16	Justiça – organização interna;

Proced. processos criminais	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2016/00001	16	Justiça – organização interna;
Tabelas produtividade varas	16.6	Instituições públicas eficazes – transparência - accountability
TRF2-PVC-2015/00012	16	Justiça – organização interna;
Altera art. 185 da CNC – comunicações entre o TRF e demais unidades da JF	16.6	Justiça – instituições eficazes
TRF2 – PVC – 2015/00011	16	Justiça – organização interna;
Altera o TRF2-PVC-2015/0007 – disciplina distribuição de recursos e proc. Originários ao juiz gestor e gabinetes das TRs	16.6	Justiça – instituições eficazes
TRF2-PVC-2015/00010	16	Justiça – organização interna
Altera ordem de juízes tabelares		
TRF2-PVC-2015/00009	16	Justiça – organização interna;
Altera o TRF2-PVC-2015/0007 – distribuição de recursos e proc. Originários ao juiz gestor e gabinetes das TRs	16.6	Justiça – instituições eficazes
TRF2-PVC-2015/00008	16	Justiça – organização interna
Vitaliciamento de juízes	16.3	Estado de Direito
TRF2-PCV-2015/00007	16	Justiça – organização interna;
Distribuição de recursos e proc. Originários ao juiz gestor e gabinetes das TRs	16.6	Justiça – instituições eficazes
TRF2-PVC-2015/00006	16	Justiça – organização interna
Distribuição diferenciada recursos juiz gestor das TRs	16.6	Justiça – instituições eficazes
TRF2-PVC-2015/00005	16	Justiça – organização interna;
Plantão judiciário	16.3	Acesso à Justiça
TRF2-PVC-2015/00004	16	Justiça – organização interna
Redistribuição processos		
TRF2-PVC-2015/00003	16	Justiça – organização interna
Autoriza uso assinatura física juízes		
TRF2-PVC-2015/00002	16	Justiça – organização interna
Ordem juízes tabelares		
TRF2-PVC-2015/00001	16	Justiça – organização interna
Altera anexo CNC		
TRF2-PVC-2014/00009	16	Justiça – organização interna
distribuição JEFs Campo Grande	16.6	Justiça – instituições eficazes
TRF2-PVC-2014/00007	16	Justiça – organização interna
Dispõe sobre desarquivamento, autenticação de peças e certidões	16.3	Acesso `a Justiça
TRF2-PVC-2014/00006	16	Justiça – organização interna
Altera escala plantão	16.3	Acesso à Justiça

TRF2-PVC-2014/00005	16	Justiça – organização interna
Altera escala plantão	16.3	Acesso à Justiça
TRF2-PVC-2014/00004	16	Justiça – organização interna
Altera TRF2-PVC-2013/00009	16.3	Acesso à Justiça
Escala plantão		
TRF2-PVC-2014/00001	16	Justiça – organização interna
Altera CNC		
TRF2-PVC-2013/00021	16	Justiça – organização interna
Redistribuição feitos		
TRF2-PVC-2013/00017	16	Justiça – organização interna
Valor de custas	16.3	Acesso à Justiça
TRF2-PVC-2013/00016	16	Justiça – organização interna
Tramitação prioritária inquéritos e processos criminais	16.3	Estado de Direito
TRF2-PVC-2013/00015	16 16.6	Justiça – organização interna
Especialização de varas, distribuição e redistribuição		Instituições públicas eficazes; efetividade
TRF2-PVC-2013/00014	16	Justiça – organização interna;
Escala férias juízes	16.6	Instituições públicas responsáveis
TRF2-PVC-2013/00012		
Segurança de veículos oficiais	16	Justiça – organização interna
TRF2-PVC-2013/00011		
Distribuição/redistribuição feitos	16	Justiça – organização interna
TRF2-PVC-2013/00010	16	Justiça – organização interna
Plantão judiciário	16.3	Acesso à Justiça
TRF2-PVC-2013/00009	16	Justiça – organização interna
Plantão judiciário	16.3	Acesso à Justiça
TRF2-PVC-2013/00007	16	Justiça – organização interna
Suspende TRF2-PVC-2013/00004	16.6	Transparência
TRF2-PVC-2013/00005	16	Justiça – organização interna
Plantão judiciário	16.3	Acesso `a Justiça
TRF2-PVC-2013/00004	16	Justiça – organização interna
Uso de recursos de penas de prestação pecuniária	16.6	Transparência
TRF2-PVC-2012/00016	16	Justiça – organização interna
Altera CNC - redistribuição		
TRF2-PVC-2012/00014	16	Justiça – organização interna
Ordem tabelares		
TRF2-PVC-2012/00013	16	Justiça – organização interna
Juiz substituto plantão	16.3	Acesso `a Justiça
TRF2-PVC-2012/00011	16	Justiça – organização interna
Tramitação inquérito	16.3	Estado de Direito
TRF2-PVC-2012/00010	16	Justiça – organização interna
Prazo cumprimento mandados	16.3	Acesso à Justiça
TRF2-PVC-2012/00003	16	Justiça – organização interna
Distribuição/redistribuição		

TRF2-PVC-2012/00002	16	Justiça – organização interna
Inspeção judicial	16.6	Accountability
		Instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PVC-2012/00001	16	Justiça – organização interna
Penhora de bens	16.6	Efetividade
T2-PVC-2011/00029	16	Justiça – organização interna
Juízo tabelar		
T2-PVC-2011/00025	16	Justiça – organização interna
Inspeção em estabelecimentos penais	16.3	Estado de Direito/superlotação presídios
T2-PVC-2011/00024	16	Justiça – organização interna
Inspeção e procedimentos criminais	16.3	Estado de Direito/Accountability
	16.6	Instituições públicas eficazes/transparentes
T2-PVC-2011/00023	16	Justiça – organização interna
Revoga prov 114/97 e 8/2005		
ouvidoria		
T2-PVC-2011/00019	16	Justiça – organização interna
Altera CNC – registro baixa procs.		
T2-PVC-2011/00018	16	Justiça – organização interna
Acesso advogados, procuradores e MP a autos eletrônicos	16.3	Estado de Direito/acesso `a Justiça
T2-PVC-2011/00014	16	Justiça – organização interna
Substituição recíproca titular/substituto		
T2-PVC-2011/00009	16	Justiça – organização interna
Obriga cadastro bens constritos	16.6	Transparência/accountability
T2-PVC-2011/00007	16	Justiça – organização interna
Plantão judiciário	16.3	Acesso à Justiça
T2-PVC-2011/00005	16	Justiça – organização interna
Inspeção/correição	16.6	Accountability
		Instituições públicas eficazes/transparentes
T2-PVC-2011/00004	16	Justiça – organização interna
Expedição mandado intimação		
T2-PVC-2011/00003	16	Justiça – organização interna
Alvará levantamento	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-PVC-2010/00089	16	Justiça – organização interna
Consulta dados processo eletrônico	16.6	Instituições públicas transparentes
T2-PVC-2010/00088	16	Justiça – organização interna
Distribuição/redistribuição		
T2-ATC-2011/00079	16	Justiça – organização interna
redistribuição		
T2-PVC-2010/00086	16	Justiça – organização interna
Formação anexos e autos físicos		
T2-ATC-2010/00396		
Altera T2-PVC-2010/00085	16	Justiça – organização interna
T2-ATC-2011/00075		

Altera T2-PVC-2010/00085	16	Justiça – organização interna
T2-ATC-2011/00159		
Altera T2-PVC-2010/00085	16	Justiça – organização interna
T2-PVC-2010/00085	16	Justiça – organização interna
Curso ambientação juízes	16.3	Estado de Direito
Provimento-2010/00084	16	Justiça – organização interna
Controle prazo prescrição	16.3	Estado de Direito
Provimento -2010/00083	16	Justiça – organização interna
Inspeção estabelecimento penal	16.6	Accountability/Instituições públicas eficazes e transparentes
	16.3	Estado de Direito superlotação presídios
Provimento -2010/00082	16	Justiça – organização interna
Substituição automática juízes		
Provimento -2010/00081	16	Justiça – organização interna
Prazo juntada e publicação atos pelas secretarias juízos	16.3	Acesso à Justiça
Provimento -2010/00080	16	Justiça – organização interna
Participação juízes em mutirões	16.3	Acesso à Justiça
Provimento -2010/00079	16	Justiça – organização interna
Distribuição feitos 1ª instância		
Provimento -2010/00078	16	Justiça – organização interna
Distribuição/redistribuição		
Provimento -2010/00077	16	Justiça – organização interna
Inclui novos juízos tabelares	16.3	Acesso `a Justiça/Instituições públicas transparentes
	16.6	
Provimento -2010/00076		
Distribuição/redistribuição	16	Justiça – organização interna
Provimento -2010/00075		
Procedimento elaboração cálculos judiciais	16	Justiça – organização interna
Provimento -2010/00074		
Formação anexos e autos físicos	16	Justiça – organização interna
Provimento -2010/00073	16	Justiça – organização interna
Plantão judicial feriados municipais	16.3	Acesso `a Justiça/instituições públicas responsáveis
	16.6	
Provimento -2010/00072		
Juntada docs. intercorrentes e feitos baixados e arquivados	16	Justiça – organização interna
Provimento -2010/00071		
Simplifica procedimentos cartorários	16	Justiça – organização interna
Provimento -2009/00070	16	Justiça – organização interna;
Férias juízes	16.6	Instituições públicas responsáveis
Provimento -2009/00069	16	Justiça – organização interna
Distribuição e regras prevenção	16.3	Acesso `a Justiça

Provimento -2009/00068		
Processamento mandados/cartas	16	Justiça – organização interna
Provimento -2009/00067	16	Justiça – organização interna
Proced. Elaboração cálculos		
Provimento -2009/00066	16	Justiça – organização interna
Preços serviços prestados SJRJ/SJES	16.3	Acesso `a Justiça
Provimento -2009/00065	16	Justiça – organização interna
Relatórios eletrônicos inspeção	16.6	Accountability
		Instituições públicas eficazes/transparentes
Provimento -2009/00064	16	Justiça – organização interna
Cria nova classe processual		
Provimento -2009/00062	16	Justiça – organização interna;Instituições públicas
Férias juízes	16.6	responsáveis
Provimento -2009/00061	16	Justiça – organização interna
Arquivamento processos		
Provimento -2009/00060	16	Justiça – organização interna
Certificados digitais	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento -2009/00059		
Substituição automática juízes	16	Justiça – organização interna
Provimento -2009/00058	16	Justiça – organização interna
Assinatura eletrônica atos proc.	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento -2009/00057	16	Justiça – organização interna
Correições ordinárias	16.6	Instituições públicas eficazes/transparentes
Provimento -2009/00056	16	Justiça – organização interna
Tabelaridade juízos	16.3	Acesso `a Justiça / instituições públicas responsáveis
	16.6	
Provimento -2009/00055	16	Justiça – organização interna
Plantão judiciário/atribuição competência	16.3	Acesso `a Justiça / instituições públicas eficazes
	16.6	
Provimento -2009/00054	16	Justiça – organização interna
Inspeção anual	16.6	Accountability
		Instituições públicas eficazes/transparentes
Provimento -2009/00053	16	Justiça – organização interna
Assinatura eletrônica	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento -2009/00052	16	Justiça – organização interna
Virtualização unidade	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento -2008/00051	16	Justiça – organização interna
Especialização unidades	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento -2008/00050	16	Justiça – organização interna
Reclassificação de processos na fase de execução	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento -2008/00049	16	Justiça – organização interna
Implantação tabela única processual	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento -2008/00048	16.3	Estado de Direito

Vitaliciamento magistrados	16	Justiça – organização interna
Provimento -2008/00047	16	Justiça – organização interna
Estatística	16.6	Instituições públicas eficazes / transparentes
Provimento -2008/00046	16	Justiça – organização interna
Correições	16.6	Instituições públicas transparentes
Provimento -2008/00045	16	Justiça – organização interna
Alteração competência	16.6	Instituições públicas eficazes / transparentes
Provimento -2008/00044	16	Justiça – organização interna
Distribuição processos		
Provimento -2007/00043	16	Justiça – organização interna
Redistribuição processos		
Provimento -2007/00042	16	Justiça – organização interna
Cargas autos		
Provimento -2007/00041	16	Justiça – organização interna
Afastamentos magistrados		
Provimento -2007/00040	16	Justiça – organização interna
Estatística	16.6	Instituições públicas eficazes/ transparentes
Provimento -2007/00039	16	Justiça – organização interna
Portal de estatísticas	16.6	Instituições públicas eficazes/ transparentes
Provimento -2007/00038	16	Justiça – organização interna
Portal de estatísticas	16.6	Instituições públicas eficazes/ transparentes
Provimento -2007/00037	16	Justiça – organização interna
Controle distribuição Demandas preventas ou repetitivas	16.6	Instituições públicas eficazes/ transparentes
Provimento -2007/00036	16	Justiça – organização interna
Estatística	16.6	Instituições públicas eficazes/ transparentes
Provimento -2007/00035	16	Justiça – organização interna
Redistribuição por alteração de competência	16.6	Instituições públicas eficazes/ transparentes
Provimento -2006/00032	16	Justiça – organização interna
Revoga artigo CNC		
Provimento -2006/00031	16	Justiça – organização interna
Assinatura eletrônica execução fiscal	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento -2006/00030	16	Justiça – organização interna
Define conceito de sentença repetitiva		
Provimento -2006/00029	16	Justiça – organização interna
Comunicação à Corregedoria distribuição por dependência sem fundamentação		
Provimento -2006/00028	16	Justiça – organização interna
Define conceito de Sentença repetitiva		
Provimento -2006/00027	16	Justiça – organização interna
Substituição juiz distribuidor		
Provimento -2006/00026	16	Justiça – organização interna

Tabelaridade juízos	16.3	Acesso à Justiça
Provimento -2006/00025	16	Justiça – organização interna
Tabelamento Juízos e cria classes processuais	16.3	Acesso à Justiça
Provimento -2006/00024	16	Justiça – organização interna
Disciplina emissão certidões	16.3	Acesso à Justiça
Provimento -2006/00023	16	Justiça – organização interna
Classificação Sentenças		
Provimento -2006/00022	16	Justiça – organização interna
Classificação Sentenças		
Provimento -2006/00021	16	Justiça – organização interna;
Dispõe sobre escala de férias juízes	16.6	Instituições públicas responsáveis
Provimento -2005/00020	16	Justiça – organização interna
Afastamentos juízes		
Provimento -2005/00019	16	Justiça – organização interna
Distribuição processos		
Provimento -2005/00018	16	Justiça – organização interna
Distribuição titulares/substitutos		
Provimento -2005/00015	16	Justiça – organização interna
Vitaliciamento juízes	16.3	Estado de Direito
Provimento -2005/00014		
Afastamentos participação em eventos por juízes	16	Justiça – organização interna
Provimento -2005/00013	16	Justiça – organização interna
Plantão judicial	16.3	Acesso `a Justiça
Provimento -2005/00011	16	Justiça – organização interna
Vitaliciamento juízes	16.3	Estado de Direito
Provimento -2005/00009	16	Justiça – organização interna
Suspeição/impedimento e tabelar	16.6	Instituições públicas transparentes
Provimento -2005/00008		
Funcionamento e organização gabinete Corregedoria	16	Justiça – organização interna
Provimento -2005/00003	16	Justiça – organização interna
Redistribuição de casos de suspeição	16.6	Instituições públicas transparentes
Provimento -2005/00001	16	Justiça – organização interna
Processo eletrônico	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento -2004/00017	16	Justiça – organização interna
Afastamentos juízes		
Provimento -2004/00016		
Distribuição processos entre Titulares/substitutos JFES	16	Justiça – organização interna
Provimento -2004/00015	16	Justiça – organização interna
Designação juiz distribuidor		
Provimento -2004/00014	16	Justiça – organização interna
Plantão judiciário	16.3	Acesso `a Justiça
Provimento -2004/00012	16	Justiça – organização interna

Rotinas cartorárias		
Provimento -2004/00011	16	Justiça – organização interna
Critérios substituição Juízes férias/afastamentos		
Provimento -2004/00009	16	Justiça – organização interna
Disciplina registro audiovisual depoimentos e interrogatórios	16.3	Estado de Direito
Provimento -2004/00008	16	Justiça – organização interna
Cria classe processual		
Provimento -2004/00007	16	Justiça – organização interna
Relação servidores VEP		
Provimento -2004/00006	16	Justiça – organização interna
Cria programa adjudicação bens execução fiscal em prol de entidade c/ destinação social	16.4	Recuperação de recursos roubados / accountability
	16.6	
Provimento -2004/00005	16	Justiça – organização interna
Cadastro bens apreendidos em procedimentos criminais	16.6	transparência
Provimento -2004/00004	16	Justiça – organização interna
Vitaliciamento juízes	16.3	Estado de Direito
Provimento -2004/00003	16	Justiça – organização interna
Cartas precatórias e rogatórias em crimes contra SFN e lavagem/ocultação de bens/direitos/valores	16.4	Recuperação de recursos roubados
Provimento -2004/00002	16	Justiça – organização interna
Carga autos adv. Públicos		
Provimento -2004/00001	16	Justiça – organização interna
Correições/inspeções	16.6	Instituições públicas transparentes
Provimento – 2003/00020	16	Justiça – organização interna
Livros obrigatórios CNC		
Provimento – 2003/00019	16	Justiça – organização interna
Requisição servidores		
Provimento – 2003/00017	16	Justiça – organização interna
Redistribuição processos		
Provimento – 2003/00016	16	Justiça – organização interna
Criação classes processuais		
Provimento – 2003/00015	16	Justiça – organização interna
Inclusão classe processual		
Provimento – 2003/00014	16	Justiça – organização interna
Arquivo cópia ata audiência		
Provimento – 2003/00013	16	Justiça – organização interna
Inclusão classe proc.		
Provimento – 2003/00012	16	Justiça – organização interna
Correio eletrônico		

Provimento – 2003/00011	16	Justiça – organização interna
Plantão judiciário	16.3	Acesso `a Justiça
Provimento – 2003/00010	16	Justiça – organização interna;
Férias juízes	16.6	Instituições públicas responsáveis
Provimento – 2003/00009	16	Justiça – organização interna
Comunicação atos judiciais		
Provimento – 2003/00008	16	Justiça – organização interna
Prazo recursal	16.3	Estado de Direito
Provimento – 2003/00007	16	Justiça – organização interna
Criação classes processuais		
Provimento – 2003/00005		
Forma confecção mandado citação	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2003/00004	16	Justiça – organização interna
Vinculação Juiz ao processo; produtividade	16.6	Instituições púbicas eficazes
	16.3	Estado de Direito
Provimento – 2003/00003	16	Justiça – organização interna
Afastamentos juiz		
Provimento – 2003/00002		
Divisão proc. Titular/substituto	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2003/00001	16.3	Estado de Direito
Jurisdição varas SJRJ	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2002/00007	16	Justiça – organização interna
Remessa autos TRF		
Provimento – 2002/00006	16.3	Estado de Direito
Encaminhamento cartas execução penal VEP estadual	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2002/00005		
Institui fórum distribuidores e comissão informática	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2002/00004	16	Justiça – organização interna
Mandados penhora		
Provimento – 2002/00003	16	Justiça – organização interna
Pagamento honorários dativos	16.3	Estado de Direito
		Acesso à Justiça
Provimento – 2002/00002		
Tradutores, intérpretes e seus honorários	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2002/00001		
Tradutores, intérpretes e seus honorários	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2001/00026	16.3	Estado de Direito
Jurisdição, plantão, distribuição	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2001/00025	16	Justiça – organização interna
Plantão, distribuição, advogados	16.3	Estado de Direito
Provimento – 2001/00021	16	Justiça – organização interna

Recolhimento IR de alvarás	16.6	Instituições públicas transparentes
Provimento – 2001/00020	16.3	Estado de Direito
Distribuição, juiz natural	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2001/00017		
Encaminhamento documentos à VEP estadual	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2001/00016		
Encaminhamento documentos à VEP estadual	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2001/00006		
Competência privativa 5VFEF Niterói para execução fiscal	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2001/00004	16.3	Estado de Direito
Competência Varas das subseções	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2001/00002	16	Justiça – organização interna
Honorários periciais		
Provimento – 2000/00007	16	Justiça – organização interna
Cria subclasse processual		
Provimento – 1999/00016	16	Justiça – organização interna
Cria central mandados JFES		
Provimento – 1999/00015	16	Justiça – organização interna
Cria central mandados		
Provimento – 1999/00004	16	Justiça – organização interna
Acompanhamento inspeção anual servidores Correged.	16.6	Accountability
		Instituições públicas eficazes/transparentes
Provimento – 1999/00003	16	Justiça – organização interna
Tramitação processos c/ Declínio ou suspeição	16.6	Instituições públicas transparentes
Provimento – 1999/00001	16	Justiça – organização interna
Distribuição Processos com Declínio ou suspeição	16.6	Instituições públicas transparentes
Provimento – 1998/00137	16	Justiça – organização interna
Plantão judiciário	16.3	Acesso `a Justiça
Provimento – 1998/00136		
Tramitação processos p/ cálculo	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1998/00134	16	Justiça – organização interna
Atendimento a partes, advogados e estagiários	16.3	Acesso `a Justiça
Provimento – 1998/00133	16.3	Estado de Direito
Exec. Penais condenados JF	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1998/00128		
Reinstitui livro rol dos culpados nas varas criminais	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1998/00127	16	Justiça – organização interna Estado de Direito

Recomenda aos juízes criminais adoção súmula 192 STJ	16.3	
Provimento – 1997/00119	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Aplicação expurgos inflacionários	16.3	
Provimento – 1997/00116	16	Justiça – organização interna
Cria convênio escritórios modelo	16.3	
		Acesso à Justiça
Provimento – 1997/00115	16	Justiça – organização interna
Cria controladoria JF	16.6	Instituições públicas eficazes/transparentes
Provimento – 1997/00113	16	Justiça – organização interna
Cria central mandados		
Provimento – 1997/00108		
Proced. para requerimento Informações sobre antecedentes penais de réus/condenados ao IFP	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1997/00096	16	Justiça – organização interna
Obriga registro e distribuição eletrônica	16.6	Instituições públicas eficazes/transparentes
Provimento – 1997/00095	16	Justiça – organização interna
Regula Registro e distribuição inquéritos	16.6	Instituições públicas eficazes/transparentes
Provimento – 1997/00094	16	Justiça – organização interna
Recolhimento custas	16.3	Acesso à Justiça
Provimento – 1996/00093	16	Justiça – organização interna
Atualiza matrículas juízes		
Provimento – 1996/00092	16	Justiça – organização interna
Uso livros e assentamentos		
Provimento – 1996/00091	16	Justiça – organização interna
Registro e distribuição eletrônica	16.6	Instituições públicas eficazes/transparentes
Provimento – 1995/00068	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Suscitação conflito comp. juízes	16.3	
Provimento – 1995/00067	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Cobrança custas avaliação se excesso penhora	16.3	
Provimento – 1995/00066	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Exame autos por advogado sem procuração	16.3	
Provimento – 1995/00065	16	Justiça – organização interna
Cálculo e pagto. preparo		
Provimento – 1995/00064	16	Justiça – organização interna
Registro p/ baix. Proc. TRF		
Provimento – 1994/00063		
Transfere JFES novas instalações	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1994/00062	16	Justiça – organização interna
Custas não pagas	16.3	Acesso à Justiça
Provimento – 1994/00061	16	Justiça – organização interna

redistribuição		
Provimento – 1994/00060	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Necessidade audiência Conselho Penitenciário para conceder condicional, indulto e comutação pena	16.3	
Provimento – 1994/00059	16	Justiça – organização interna
distribuição		
Provimento – 1994/00051		
Cuidados processamento feitos	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1994/00050		
Recebimento depósitos processos JF	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1994/00048	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Instrução MS coletivo	16.3	
Provimento – 1994/00047	16	Justiça – organização interna
AJG	16.3	Acesso `a Justiça
Provimento – 1994/00046	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Intimação MP	16.3	
Provimento – 1994/00040		
Provimento Cargo diretor secretaria	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1994/00039	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Aplicação penalidades a servidores	16.3	
Provimento – 1994/00033	16	Justiça – organização interna
Custas JF	16.3	Acesso à Justiça
Provimento – 1993/00032		
Autenticação de cópias que instruem inicial	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1993/00031	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Execução de créditos previdenciários	16.3	
Provimento – 1993/00028	16	Justiça – organização interna
Alvará/mandado pagamento depósitos liquididados pela CEF		
Provimento – 1993/00027		
Intimação/notificação AGU ou PFN	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1993/00026	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Conduta juízes	16.3	
Provimento – 1993/00025	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Encaminha cópia denúncia ACP ao MP	16.3	
Provimento – 1993/00024	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Suspeição juiz interesse dec. Causa em favor parte	16.3	
Provimento – 1993/00023	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Admissão litisconsórcio ativo ulterior	16.3	
Provimento – 1993/00022		
Regula serviços forenses 1ª instância	16	Justiça – organização interna

Provimento – 1993/00021	16	Justiça – organização interna
Exercício titularidade pelo substituto		
Provimento – 1993/00018		
Atribuições substitutos por vacância titular	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1993/00015	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Prisão de competência da JF	16.3	
Provimento – 1993/00009	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Competência juízes	16.3	
Provimento – 1993/00007	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Dispõe sobre litisconsórcios ativos	16.3	
Provimento – 1993/00006	16	Justiça – organização interna
Agilizar processos de interesse da União		
Provimento – 1993/00005		
Regula substituição juízes	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1993/00004	16	Justiça – organização interna
Plantão judiciário	16.3	Acesso `a Justiça
Provimento – 1993/00003	16	Justiça – organização interna;
Afastamentos juízes	16.6	Instituições públicas responsáveis
Provimento – 1993/00002	16	Justiça – organização interna
Respeito LOMAN		
Provimento – 1993/00001	16	Justiça – organização interna
Regula serviços forenses		
Provimento – 1992/00001	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Relações entre juízes e advogados	16.3	
Provimento – 1990/00001		
Código identif. Varas SJRJ/SJES	16	Justiça – organização interna
Provimentos Conjuntos		
Norma	**ODS**	**Justificativa**
TRF2-PRC-2019/00001	16	Justiça – organização interna
Disciplina distribuição recursos juiz vice-gestor TRs SJRJ	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PRC-2018/00002	16	Justiça – organização interna
Estabelece regime gestão processos acumulados	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PRC-2017/00001	16	Justiça – organização interna
Disciplina intimação Whatsapp	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PRC-2013/00024	16	Justiça – organização interna
Disciplina redistribuição casos de remoção	16.6	Instituições públicas eficazes

Provimento Conjunto nº 13/2011	16	Justiça – organização interna
Regula mutirão pré-processual	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 7/2009	16	Justiça – organização interna
Rotinas de trabalho gabinetes TRs	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 5/2008	16	Justiça – organização interna
Regula registro suspensão prazos processuais nos sistemas de informática	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 4/2008	16	Justiça – organização interna
Regula comunicação atos e transmissão peças processuais na indisponibilidade do sistema informatizado	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 3/2008	16	Justiça – organização interna
Classificação de sentenças		
Provimento Conjunto nº 2/2008	16	Justiça – organização interna
Disciplina procedimentos para interposição agravo instrumento decisão unânime	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes/transparentes
Provimento Conjunto nº 4/2006	16	Justiça – organização interna
Simplifica procedimentos JEFs	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 3/2006	16	Justiça – organização interna
Citação/intimação eletrônica advogados, MP, PRF nos JEFs	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 2/2006	16	Justiça – organização interna
Inspeções anuais TRs	16.6	Accountability
		Instituições públicas eficazes/transparentes
Provimento Conjunto nº 1/2006	16	Justiça – organização interna
Uso assinatura/registro eletrônica	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 4/2005	16	Justiça – organização interna
Uso assinatura/registro eletrônica	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 3/2005	16	Justiça – organização interna
Citação/intimação eletrônica advogados e procuradores JEFs	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 2/2004	16	Justiça – organização interna
Atuação de juízes suplentes nas Turmas Recursais	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 1/2004	16	Justiça – organização interna
Instalação de nova vara, distribuição, suspensão prazos	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 14/2003	16	Justiça – organização interna

Autointimação advogados, sistema eletrônico	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 10/2003	16	Justiça – organização interna
Reinício prazo processual, distribuição	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 6/2003	16	Justiça – organização interna
Gratuidade, recurso	16.3	Estado de Direito
		Acesso `a Justiça
Provimento Conjunto nº 5/2003	16	Justiça – organização interna
Distribuição, processamento, julgamento, substituição juiz	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 3/2003	16	Justiça – organização interna
Intimação telefônica	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
Resoluções		
Norma	**ODS**	**Justificativa**
RESOLUÇÃO CONJUNTA TRF2 Nº 3, DE 10 DE MARÇO DE 2025	16.6	
Dispõe sobre os procedimentos de cadastramento de instituições, órgãos e entidades para destinação de bens e/ou recursos, decorrentes de decisões judiciais e de instrumentos autocompositivos em tutela coletiva, e de prestação de contas dos bens e recursos destinados, no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região		Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2024/00008	16	
Estabelece diretrizes para a tramitação das ações judiciais fundadas na Convenção da Haia sobre os aspectos civis da subtração internacional de crianças (1980) e revoga o Provimento n.º TRF2-PVC-2021/00005, de 8 de outubro de 2021.	16.2	Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças
TRF2-RSP-2022/00065	16	Justiça – organização interna

Altera a resolução trf2 rsp2021/00035 que regulamenta a implantação dos Núcleos de Justiça 4.0	16.3	Estado de Direito
TRF2-RSP-2020/00010	16	Justiça – organização interna
Prevenção contágio pandemia coronavírus	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas responsáveis
TRF2-RSP-2019/00091	16	Justiça – organização interna
Exercício competência delegada previdenciária Justiça estadual	16.3	Estado de Direito
		Acesso `a Justiça
TRF2-RSP-2019/00089	16	Justiça – organização interna
Extingue projeto NAO	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2019/00088	16	Justiça – organização interna
Modifica competência	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2019/00086	16	Justiça – organização interna
Competência territorial/material	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2018/00055	16	Justiça – organização interna
Competência material	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2018/00050	16	Justiça – organização interna
Competência, reestruturação, JEFs adjuntos	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2018/00043	16	Justiça – organização interna
Criação central de audiências de custódia; videoconferência	16.3	Estado de Direito; acesso `a Justiça; presos provisórios
	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2018/00009	16	Justiça – organização interna
Revoga Res. 2017/66 Digitalização autos	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2017/00061	16	Justiça – organização interna
Alteração competência material	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2017/00046	16	Justiça – organização interna
Alienação de bens inservíveis; leilão, execução	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2017/00045	16	Justiça – organização interna
Regime especial de auxílio	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2016/00035	16	Justiça – organização interna

Central de Audiências de Custódia, prisão	16.3	Estado de Direito; acesso à Justiça; presos provisórios
	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2016/00028	16	Justiça – organização interna
Cadastro eletrônico peritos e órgãos técnicos ou científicos	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2016/00025	16	Justiça – organização interna
Regime especial de auxílio	16.6	Instituições públicas eficazes
Resolução Conjunta 4/2016	16	Justiça – organização interna
Mediação/conciliação	16.3	Mediação/resolução de conflitos
	16.6	Instituições públicas eficazes
Resolução Conjunta 2/2016	16	Justiça – organização interna
Audiências de custódia	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
Resolução Conjunta 31/2015	16	Justiça – organização interna
Audiências de custódia	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
Resolução Conjunta 1/2003	16	Justiça – organização interna
Especialização varas criminais/RJ e ES	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
EDITAIS		
Norma	**ODS**	**Justificativa**
TRF2-EDT-2023/00002	16	Justiça – organização interna
Torna pública a lista de varas/unidades jurisdicionais da SJRJ e SJES que receberam mais de 1.500 processos novos por magistrados no ano de 2022.	16.6	Estado de Direito
TRF2-EDT-2022/00017	16	Justiça – organização interna
Edital de publicação de rsultados da seleção de juízes federais para o núcleo de Justiça 4.0	16.6	Estado de Direito
TRF2-EDT-2021/00014	16	Justiça – organização interna
Abre inscrições para magistrados manifestarem interesse em integrar o 1o. Nucleo de Justiça, 4.0 Seção Espírito Santo	16.6	Estado de Direito
TRF2-EDT-2021/00017	16	Justiça – organização interna
Torna público o resultado da seleção de Magistrados Federais para atuarem no 1o. Núcleo de Justiça 4.0	16.6	Estado de Direito

Memorandos		
TRF2-MEM-2023/05308	16	Justiça – organização interna
Capacitação das Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de Todas as Formas de Discriminação da Justiça Federal da 2ª Região	16.6	Instituições públicas eficazes